

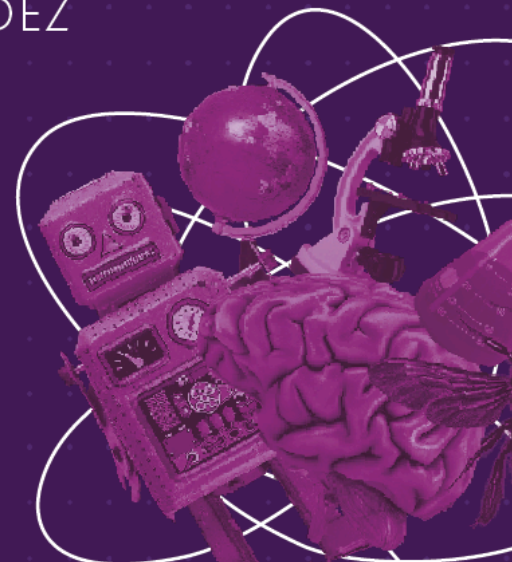
NETANYAHU E A CRISE HUMANITÁRIA EM GAZA: A SOCIEDADE CIVIL PALESTINA NO ALVO

Professor orientador: João Paulo Santos Araújo

Alunos: Guilherme do Prado Afonso Rodrigues e
Victória Tezelli Moura Barbosa

PROGRAMA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
PIC/CEUB

RELATÓRIOS DE PESQUISA
VOLUME 10 Nº 1- JAN/DEZ
2024



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - CEUB
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**GUILHERME DO PRADO AFONSO RODRIGUES
VICTÓRIA TEZELLI MOURA BARBOSA**

**NETANYAHU E A CRISE HUMANITÁRIA EM GAZA: A SOCIEDADE CIVIL
PALESTINA NO ALVO**

Relatório final de pesquisa de Iniciação Científica apresentado à Assessoria de Pesquisa e Extensão.
Orientação: João Paulo Santos Araújo

**BRASÍLIA
2025**

DEDICATÓRIA

A este trabalho, dedicamos a todos os defensores dos direitos humanos, cuja coragem e perseverança sustentam a esperança das vítimas de conflitos ao redor do mundo, enfrentando a opressão com justiça e dignidade humana. Dedicamos, também, à senhora Bruna Martins Costa, do Ministério dos Direitos Humanos, a quem luta para defender os direitos humanos e serve como inspiração para não desistir, mesmo com todos os desafios.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nossos profundos agradecimentos a todos que estiveram ao nosso lado durante a elaboração deste trabalho acadêmico. Agradecemos, de maneira especial, aos professores do curso de Relações Internacionais do UniCEUB, que sempre se dispuseram a compartilhar seu tempo e conhecimento, contribuindo para o amadurecimento desta pesquisa e de nossas formações enquanto graduandos. Nosso reconhecimento se estende, particularmente, ao Professor João Paulo Araújo, nosso orientador, pela dedicação, paciência e sensibilidade no tratamento de temáticas complexas e delicadas como a aqui abordada. Somos gratos também ao Comitê de Pesquisa, pelo incentivo constante e pelo apoio nas diversas etapas do processo. Não menos importantes, agradecemos profundamente aos nossos familiares e amigos, cuja compreensão, apoio e incentivo foram fundamentais para que este trabalho se concretizasse.

To deny people their human rights is to challenge their very humanity.

(Nelson Mandela)

RESUMO

Este trabalho de iniciação científica teve como objetivo analisar a narrativa do Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, em relação às vidas civis palestinas na Faixa de Gaza, respondendo à pergunta central: *Netanyahu se preocupa com as vidas civis inocentes de palestinos na Faixa de Gaza?* A pesquisa se apoiou em Teorias de Relações Internacionais, incluindo o Neorrealismo de Waltz (1959), na Análise de Política Externa (Hill, 2016; Rosati, 1995), na teoria da securitização de Wæver (1995) e majoritariamente na Análise de Discursos (Van Dijk, 2008; Fairclough, 1989), para compreender como a linguagem política constrói realidades, legitima ações e molda percepções sobre conflitos. O estudo foi estruturado em três subtópicos principais. No primeiro, “A construção do inimigo”, observou-se que Netanyahu associa o Hamas à totalidade de Gaza, generalizando a ameaça entre combatentes e civis. Essa associação transforma a população civil em parte integrante do inimigo, configurando uma narrativa securitizadora que legitima medidas militares não usuais. Tal construção se sustenta em esquemas cognitivos que filtram informações e consolidam uma visão limitada do conflito. No segundo subtópico, “A estrutura discursiva”, evidenciou-se o uso sistemático de linguagem carregada emocionalmente e com uma hierarquização moral, projetando Israel como ético e superior, enquanto o Hamas e civis palestinos são inferiorizados. As escolhas lexicais e retóricas reforçam categorias cognitivas que legitimam a hostilidade, funcionando como mecanismos de poder simbólico e controle narrativo. Por fim, no terceiro subtópico, “A preocupação de Netanyahu acerca das vidas civis palestinas”, constatou-se que a aparente preocupação é superficial e condicionada. Israel desloca integralmente a responsabilidade por vítimas civis para o Hamas, ignorando obrigações legais, conforme a Convenção de Genebra IV (1949) e o Estatuto de Roma do TPI (2002). Essa retórica promove a marginalização e desumanização da população palestina, negando atributos essenciais da condição humana, como autonomia moral e empatia. Em síntese, os resultados indicam que a retórica de Netanyahu funciona como mecanismo de legitimação das ações militares e de consolidação do poder simbólico de Israel, ao mesmo tempo em que desumaniza civis palestinos e minimiza a responsabilidade do Estado. Este estudo contribui para compreender a interseção entre discurso político, securitização e desumanização em contextos de conflito, abrindo caminhos para futuras pesquisas sobre narrativa política, percepção de ameaça e responsabilidade internacional.

Palavras-chave: Israel; faixa de Gaza; Hamas; Benjamin Netanyahu; Análise de Discursos;

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
3 MÉTODO	18
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

O cenário internacional contemporâneo tem se mostrado cada vez mais complexo e desafiador, marcado por conflitos de grande impacto político, social e humanitário. O ataque do grupo Hamas ao Estado de Israel, em 7 de outubro de 2023, conferiu novas proporções a um embate de longa data no Oriente Médio. Ao longo de 563 dias (de 7/10/2023 a 22/4/2025), confrontos intensos resultaram em tragédias humanas, com civis submetidos a condições extremas, desprovidos de assistência humanitária e sujeitos a bombardeios, fome e deslocamento forçado.

De acordo com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, 2024), aproximadamente 1,5 milhão de pessoas em Gaza buscaram apoio em campos de refugiados, como o de Rafah, enquanto bombardeios sistemáticos destruíram casas, hospitais e escolas. Segundo a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA), até a data de 22 de abril de 2025, ao menos 51.266 palestinos foram mortos e outros 116.991 ficaram feridos (UNRWA, 2025). Até o dia 22 de março de 2025, um mês antes do último dado exposto, o OCHA detalhou, através do Ministério da Saúde em Gaza, o perfil das 50.021 pessoas que até então vieram a ser mortas por conta do conflito. Dentre elas, houveram 15.613 crianças, 8.304 mulheres, 3.839 idosos e 22.265 homens (UNRWA, 2025). Ainda de acordo com tal fonte, entre as crianças mortas, 825 tinham menos de 12 meses de idade, enquanto 274 nasceram e morreram durante a escalada do conflito. Desse modo, as consequências do conflito revelam de forma clara uma crise humanitária de enormes proporções.

Este estudo busca examinar as implicações políticas e humanas do conflito, com foco na figura do primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu. A análise centra-se em seus discursos oficiais e tem como objetivo investigar de que maneira essas declarações constroem narrativas sobre os civis em Gaza, moldam a percepção pública e internacional do conflito, legitimam ações militares e se refletem (ou não) uma preocupação humanitária com as vítimas palestinas.

A pesquisa articula conceitos oriundos da grande área de Relações Internacionais, especialmente da Análise de Política Externa (APE) e das Teorias das Relações Internacionais (TRI), com ferramentas da Análise de Discurso (AD), além de

também considerar documentos jurídicos internacionais. Com isso, busca-se compreender os sentidos produzidos nos discursos oficiais israelenses, suas implicações simbólicas, e os modos pelos quais eles operam no processo de legitimação da política externa de Israel.

Ao lançar luz sobre o papel da linguagem política em um contexto de guerra, espera-se contribuir para a compreensão da complexidade desse conflito e de seus impactos sobre a população civil, com ênfase especial na figura do Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, enquanto ator central na formulação e difusão dessas narrativas. Ademais, espera-se que a urgência de respostas internacionais à crise humanitária em curso na Faixa de Gaza seja ressaltada.

Objetivos

O objetivo geral deste projeto de pesquisa consiste em identificar, nos discursos oficiais do Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, se há uma preocupação humanitária em relação às condições em que se encontram os civis palestinos no contexto da guerra iniciada na Faixa de Gaza em outubro de 2023 e, assim, tentar responder ao seguinte questionamento: “Netanyahu se preocupa com as vidas civis inocentes de palestinos na Faixa de Gaza?” Para tanto, os pronunciamentos serão examinados à luz de referenciais teóricos das Relações Internacionais, da Análise de Política Externa e da Análise de Discurso, confrontando-se o conteúdo das falas do primeiro-ministro com os fatos concretos observados no conflito, especialmente à luz das normas do Direito Internacional Humanitário, com o propósito de verificar se suas declarações correspondem, ou não, à realidade dos acontecimentos. Os objetivos específicos consistiram em:

1. Levantar os discursos oficiais de Benjamin Netanyahu com suas respectivas citações que tratam do conflito Israel-Hamas e da situação dos civis palestinos;
2. Compreender os fundamentos teóricos de Teorias das Relações Internacionais (Neorealismo e Teoria de Securitização), da Análise de Política Externa (APE) e da Análise de Discurso (AD), aplicados à investigação de discursos governamentais expostos anteriormente;

3. Identificar, com base nas ferramentas teóricas, os principais elementos retóricos empregados por Netanyahu na construção de narrativas sobre os civis palestinos;
4. Apresentar, como resultado, a mensagem predominante nos pronunciamentos do primeiro-ministro israelense, especialmente no que diz respeito à preocupação pelas vítimas civis palestinas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Teorias de Relações Internacionais (TRI)

A primeira vertente teórica que sustenta este trabalho é o Neorealismo, também conhecido como realismo estrutural, cuja formulação clássica é atribuída a Kenneth Waltz. Sua elaboração teórica aparece, inicialmente, na obra *Man, the State and War* (1959), na qual Waltz propõe três imagens (níveis de análise) para se compreender as causas da guerra.

Nesse sentido, ao longo de sua obra, Waltz (1959) argumenta que as interpretações sobre a guerra podem ser agrupadas em três categorias distintas: a primeira imagem diz respeito à natureza humana e ao indivíduo; a segunda, à estrutura e comportamento dos Estados; e a terceira, à estrutura do sistema internacional. Para este trabalho acadêmico em específico, a primeira imagem de Waltz será central.

Este primeiro nível de análise, para Waltz (Viotti; Kauppi, 2012, p. 98-99) parte do princípio de que conflitos armados derivam de falhas inerentes à natureza humana, tais como egoísmo, agressividade e irracionalidade. Outros fatores políticos, econômicos ou estruturais apenas operam como contextos onde os traços citados se manifestam. Sob essa ótica, a prevenção da guerra exige transformar o indivíduo, seja por meio da educação, do refinamento moral, da reorientação de valores ou do redirecionamento de impulsos agressivos para fins construtivos. A ênfase está na mudança interna das pessoas, e não em reformas institucionais ou na reconfiguração do sistema internacional. Assim, a guerra é vista menos como um produto inevitável da anarquia entre Estados e mais como um reflexo das limitações e paixões humanas.

Para esta pesquisa em específico, a análise da primeira imagem, isto é, do papel do indivíduo, torna-se relevante sobretudo quando se busca compreender como as pessoas em posições de poder interpretam e respondem às dinâmicas do sistema.

According to the first image of international relations, the locus of the important causes of war is found in the nature and behavior of man. Wars result from selfishness, from misdirected aggressive impulses, from stupidity. [...]. If these are the primary causes of war, then the elimination of war must come through uplifting and enlightening men or securing their psychic-social readjustment.¹ (Waltz, 1959, p. 16)

Ao se concentrar particularmente nos líderes políticos, estadistas e tomadores de decisão, segundo Waltz (1959), essa perspectiva parte da premissa de que as guerras são causadas por impulsos humanos, como agressividade, ambição, medo ou mesmo por falhas morais e éticas. Essa abordagem tem raízes em tradições filosóficas antigas, como nas ideias de Tucídides, Hobbes, Clausewitz, Hugo Grotius, etc, e destaca que o comportamento humano, suas paixões e limitações cognitivas, é um fator central para a compreensão dos conflitos armados (Viotti; Kauppi, 2012, p. 42-52).

Além do mais, apesar de o Neorrealismo tradicionalmente privilegiar a estrutura do sistema internacional (terceira imagem), esta pesquisa prezou em recuperar a primeira imagem para ressaltar a centralidade que as pessoas possuem na formulação discursiva da política externa. Ao se debruçar sobre tal imagem, Waltz (1959) argumenta que a análise do indivíduo deve considerar tanto sua psicologia quanto o ambiente em que ele toma decisões. Ainda que a estrutura internacional imponha certas restrições ao comportamento dos Estados, é por meio da ação dos indivíduos que essas estruturas ganham forma concreta. Portanto, compreender os valores, percepções e discursos dos líderes é essencial para interpretar a motivação por trás das decisões de guerra e paz. A guerra, nesse sentido, não é apenas uma decorrência de fatores sistêmicos, mas também de como os indivíduos interpretam ameaças, oportunidades e responsabilidades no cenário internacional.

Outra importante perspectiva dentro de TRI que fundamenta este trabalho é a Teoria da Securitização, desenvolvida pelo acadêmico dinamarquês Ole Wæver, um dos

¹ **Tradução livre:** “De acordo com a primeira imagem das relações internacionais, o local das causas mais importantes da guerra encontra-se na natureza e no comportamento do homem. As guerras resultam do egoísmo, de impulsos agressivos mal direcionados, da estupidez. [...]. Se essas são as causas primárias da guerra, então a eliminação da guerra deve vir por meio da elevação e esclarecimento dos homens ou da sua readequação psíquico-social”.

principais expoentes da Escola de Copenhague das Relações Internacionais. Esta teoria foi inicialmente formulada em sua obra *Securitization and Desecuritization* (1995), publicada como capítulo no livro *Security: A New Framework for Analysis* (Buzan, Wæver & de Wilde, 1998). A partir desse arcabouço teórico, Wæver propõe uma abordagem para compreender como questões de âmbito político passam a ser tratadas como problemas existenciais que ameaçam a sobrevivência de um Estado, demandando, por isso, medidas excepcionais fora do âmbito da política convencional.

A securitização, segundo Wæver (1995), não é uma condição objetiva pré-existente, mas um processo discursivo e social pelo qual um ator político apresenta uma determinada questão como uma ameaça urgente e existencial, justificando a adoção de práticas extraordinárias para sua neutralização. Em outras palavras, a securitização consiste no ato de “fazer segurança”, ou seja, transformar um assunto em um problema de segurança, mobilizando a atenção pública e política para a sua contenção imediata.

Para que a securitização ocorra, três elementos principais são necessários: um “referente de segurança” (o objeto cuja sobrevivência se busca proteger, geralmente o Estado ou a sociedade), um “ator securitizador” (aquele que declara a ameaça) e um “público” (o grupo social ou político que precisa ser convencido da existência da ameaça). A efetividade do processo depende da capacidade do ator securitizador de convencer o público de que a questão apresentada constitui um perigo existencial real e iminente, o que, por sua vez, legitima a adoção de medidas excepcionais, muitas vezes rompendo com regras e procedimentos democráticos convencionais (Wæver, 1995; Buzan et al., 1998).

A teoria destaca, ainda, que o discurso securitizador é central para a construção social da ameaça. Não basta que uma ameaça exista objetivamente; ela precisa ser articulada de forma eficaz e reconhecida como tal pelos atores políticos e pelo público para que se configure a securitização. Nesse sentido, a partir de Wæver (1995), é enfatizado o poder da linguagem e do discurso como instrumentos que produzem e legitimam a segurança, moldando percepções e respostas políticas.

Em suma, embora Waltz (1959) tenha desenvolvido a primeira imagem para analisar os indivíduos como fonte central das causas da guerra, sua perspectiva oferece apenas uma base para compreender por que líderes podem optar por ações militares

ou políticas de conflito. Ao focar no papel do indivíduo, Waltz permite interpretar decisões de guerra e paz considerando impulsos, valores e limitações cognitivas que moldam a ação política. No entanto, compreender apenas a motivação pessoal não é suficiente para analisar a forma como essas decisões são legitimadas socialmente e comunicadas ao público.

Nesse ponto, a teoria da securitização de Wæver (1995) complementa a análise de Waltz, ao destacar o papel do discurso e da construção social de ameaças. Wæver argumenta que uma questão só se torna um problema de segurança quando um ator político consegue convencionar o público de que existe uma ameaça existencial real e iminente, legitimando assim medidas excepcionais que escapam à política convencional. O foco está na interação entre o ator securitizador, o referente de segurança e o público, bem como no poder da linguagem em moldar percepções coletivas.

Desse modo, a escolha por integrar as duas perspectivas neste trabalho cria um instrumento analítico mais robusto. Enquanto Waltz permite compreender por que Netanyahu age de determinada maneira, considerando sua psicologia subjetiva, Wæver explica como essas motivações se materializam no discurso político, transformando acontecimentos em ameaças que mobilizam apoio e legitimam decisões extraordinárias.

2.2 Análise de Política Externa (APE)

Segundo Salomón e Pinheiro (2013, p. 40), autoras precursoras da APE no Brasil, “a APE tem como objeto de estudo da política externa de governos específicos, considerando seus determinantes, objetivos, tomada de decisões e ações efetivamente realizadas”. Assim dizendo, este campo de estudo das Relações Internacionais busca compreender como as ações externas e diplomáticas de um Estado são tomadas e desenvolvidas.

Ainda segundo as autoras, a APE tem uma forte ligação com outras disciplinas, como a Psicologia Cognitiva (Salomón; Pinheiro, 2013, p. 42). Tendo em vista o objeto de estudo da pesquisa, esse foco psicológico que a APE fornece é pertinente na medida

em que seja possível analisar, com uma metodologia científica, o porquê do Netanyahu possuir um determinado discurso em relação aos palestinos como parte de sua política externa. Com isso em mente, foram utilizados autores relevantes englobando tanto a área da APE em geral como este segmento da Análise Cognitiva. Os autores utilizados para esta abordagem teórica foram Christopher Hill (2016) e Jerel A. Rosati (1995).

Na obra *“Foreign Policy in the Twenty-First Century”*, Christopher Hill (2016) aprofunda a análise da política externa ao integrar, entre outros, elementos de natureza psicológica, reconhecendo que decisões internacionais não são tomadas exclusivamente com base em cálculos racionais e interesses objetivos, mas também a partir de percepções parciais. Hill (2016) argumenta que fatores subjetivos e emocionais, muitas vezes negligenciados nos modelos tradicionais, exercem papel significativo nos processos decisórios dos formuladores de política externa. Nesse contexto, destaca-se o conceito de *misconception*, isto é, uma percepção equivocada da realidade, que pode comprometer a avaliação dos líderes e a formulação de políticas adequadas. Essas distorções podem ter origem em múltiplas fontes, como experiências passadas, pressupostos ideológicos, julgamentos morais ou limitações cognitivas.

Hill (2016) identifica manifestações concretas dessas *misconceptions*, como a antipatia mútua entre líderes ou grupos decisores, que dificulta o diálogo e favorece a escalada de tensões; a ausência de empatia, que impede a compreensão dos interesses e temores do outro lado; *“tunnel vision”* (visão de túnel), na qual alternativas são ignoradas em nome de uma lógica binária de decisão; a dissonância cognitiva, que leva o tomador de decisão a rejeitar informações que contradigam suas crenças prévias; e a tendência à simplificação, que reduz a complexidade do cenário internacional a explicações limitadas. Além disso, Hill (2016) considera que variáveis como carisma, instinto, sorte e habilidades individuais dos líderes também influenciam os rumos da política externa, compondo um quadro em que o fator humano deve ser central na análise. Assim, sua proposta amplia os horizontes da análise tradicional ao demonstrar que a política externa é, em larga medida, uma construção subjetiva, marcada por percepções, julgamentos morais e fatores psicológicos.

Considerando outro autor, ainda em APE, Jerel A. Rosati (1995) contribui significativamente para a compreensão da política externa ao apresentar, em seu artigo

intitulado “*A Cognitive Approach to the Study of Foreign Policy*”, uma análise centrada na abordagem cognitiva. Nesse sentido, o autor argumenta que essa perspectiva pode enriquecer o entendimento sobre os processos decisórios em política externa, assim como está exposto na citação abaixo:

*[...] a cognitive perspective also has considerable policy relevance for the policymaker and the citizen, for it can contribute to the diagnosis of the situation surrounding policy by minimizing common perceptual errors while enriching an understanding of the psychological aspects of human and international interaction.*² (Rosati, 1995, p. 68)

No texto, Rosati (1995) organiza sua análise em torno de duas gerações da abordagem cognitiva: a teoria da consistência cognitiva e a teoria do *schema*. A primeira geração, baseada no conceito de “consistência cognitiva”, parte do pressuposto de que os indivíduos buscam interpretar o mundo a partir de um conjunto de crenças fundamentais que, idealmente, devem ser coerentes entre si. Dessa forma, os indivíduos tendem a evitar informações que entrem em conflito com suas crenças centrais, preservando assim a coesão de seu sistema cognitivo (Rosati, 1995, p. 52). Essa busca por consistência se estende também ao convívio social: há uma tendência a se aproximar de pessoas com visões semelhantes, o que reforça ainda mais a estabilidade das crenças já estabelecidas.

Em contraste, a segunda geração da análise cognitiva é representada pela teoria do *schema*, que amplia a compreensão do comportamento cognitivo ao retratar o indivíduo como um *problem solver* (solucionador de problemas) que busca interpretar ambientes complexos por meio de estruturas mentais simplificadoras (Rosati, 1995, p. 53). Essa abordagem parte do princípio de que os indivíduos funcionam como *cognitive misers* (“avarentos cognitivos”), ou seja, tendem a recorrer a crenças preexistentes e schemas (estruturas cognitivas organizadas com base em grupos de conhecimento) para interpretar novas informações, economizando assim esforço mental (Rosati, 1995, p. 53).

A comparação entre as duas abordagens revela um ponto central: ambas reconhecem o papel dominante das crenças preexistentes na filtragem e interpretação

² **Tradução livre:** “[...] a perspectiva cognitiva também possui considerável relevância para a formulação de políticas, tanto para o tomador de decisão quanto para o cidadão, pois pode contribuir para o diagnóstico da situação que envolve a política ao minimizar erros perceptivos comuns, ao mesmo tempo em que enriquece a compreensão dos aspectos psicológicos da interação humana e internacional”.

de novas informações. No entanto, a teoria da consistência cognitiva presume um sistema de crenças altamente coerente, integrado e resistente a mudanças. Já a perspectiva da teoria do schema e da cognição social apresenta os sistemas de crenças como mais fragmentados e flexíveis, permitindo interpretações mais adaptáveis a partir de diferentes contextos e estímulos (Rosati, 1995, p. 53-54).

Além disso, Rosati (1995) aprofunda a noção de crença por meio de três conceitos centrais: o código operacional, que se refere às crenças gerais do tomador de decisão sobre política e relações internacionais; a imagem do outro, que abrange as percepções e julgamentos formados em relação a atores específicos no sistema internacional; e o mapeamento cognitivo, que visa identificar crenças aplicadas a questões específicas da política externa (Rosati, 1995, p. 60). Tais conceitos são válidos tanto para a análise sob a ótica da consistência cognitiva quanto da teoria do schema, oferecendo um instrumental analítico robusto para a investigação dos processos decisórios individuais.

2.3 Análise de Discursos (AD)

Estando diretamente ligada com a temática cognitiva em APE, apresentada no subtópico anterior, a terceira perspectiva teórica utilizada nesta pesquisa consiste na Análise de Discursos (AD). Esta é uma abordagem essencial para compreender como os pronunciamentos de autoridades governamentais são utilizados para moldar a realidade social e política, envolvendo um processo que envolve a investigação das palavras e das estruturas utilizadas para construir narrativas que visam justificar ou legitimar certas ações. Segundo Ostermann e Sjöstedt (2022), a AD é uma prática poderosa para compreender como as relações de poder, identidade e ideologia são construídas por meio da linguagem, sendo crucial para a análise de como os discursos contribuem para a formação de realidades sociais e políticas.

Discourse approaches to Foreign Policy Analysis (FPA) are generally interested in understanding how language – or social practices of speaking and writing in a certain political arena – shapes foreign policy. A discourse is an “ensemble of ideas, concepts, and categories” (Hajer 2005, 300) that meaningfully constructs a political issue, i.e. national security. [...] However, what these approaches all have in common is the interest in revealing the political ideas and linguistic practices that constitute policies from a

*bottom-up perspective, and they want to understand the power relations and the sociopolitical structures behind on the grounds of some sort of sociolinguistic analysis of public texts.*³ (Ostermann; Sjöstedt, 2022, p. 101)

Nesse sentido, uma das premissas centrais da AD é que os discursos não são neutros, eles carregam ideologias, visões de mundo e interesses de quem os produz. Como destaca Taiwo (2007), a linguagem não apenas reflete a realidade, mas a constrói, reforçando certas perspectivas e marginalizando outras. A forma como um ator político escolhe palavras, argumentos e estruturas discursivas influencia diretamente como os acontecimentos são percebidos pelo público. Além disso, a AD também considera os significados implícitos nos pronunciamentos. Para Ducrot (1977), o “dizer sem dizer” é uma estratégia discursiva que permite transmitir mensagens de forma indireta, mas eficaz, contribuindo para moldar interpretações e juízos sem afirmações explícitas. Assim, a Análise de Discurso torna-se uma ferramenta crucial para investigar os vínculos entre linguagem, poder e ideologia na construção de uma política externa.

Entre os acadêmicos que mais contribuíram para consolidar a Análise de Discurso, como uma abordagem crítica aplicada à política e às relações internacionais, destaca-se o linguista Teun A. van Dijk. Em sua obra *“Discourse and Power”* (2008), o autor argumenta que os discursos são uma forma fundamental de exercício, reprodução e contestação do poder nas sociedades contemporâneas. Van Dijk (2008) propõe que as estruturas linguísticas não são neutras, mas carregam ideologias e interesses que moldam percepções sociais e justificam práticas de dominação, exclusão e controle.

Um dos pilares do pensamento de Van Dijk (2008) é a articulação entre discurso e poder simbólico. O autor entende o poder como a capacidade de um grupo social influenciar as mentes de outros grupos, especialmente por meio do controle sobre o discurso público e o acesso aos meios de comunicação. Para isso, os grupos

³ **Tradução livre:** “As abordagens discursivas da Análise de Política Externa (APE) geralmente estão interessadas em compreender como a linguagem – ou práticas sociais de fala e escrita em determinada arena política – molda a política externa. Um discurso é um “conjunto de ideias, conceitos e categorias” (Hajer 2005, 300) que constrói de forma significativa uma questão política, como a segurança nacional. [...] No entanto, o que essas abordagens têm em comum é o interesse em revelar as ideias políticas e práticas linguísticas que constituem as políticas a partir de uma perspectiva de baixo para cima, buscando compreender as relações de poder e as estruturas sociopolíticas por meio de algum tipo de análise sociolinguística de textos públicos”.

dominantes recorrem a estratégias discursivas que naturalizam sua posição, escondendo ou justificando as desigualdades e violências que produzem.

Van Dijk (2008) destaca o papel das elites na produção de discursos que mantêm a hierarquia social. Em especial, ele identifica a linguagem como ferramenta privilegiada de reprodução do racismo, da xenofobia, da islamofobia e da criminalização de minorias. Esse processo ocorre através da construção de representações negativas de determinados grupos, frequentemente associando-os ao perigo, à irracionalidade ou à ameaça à ordem, enquanto os grupos dominantes são retratados como civilizados, racionais e legítimos detentores do poder.

Dessa forma, a análise crítica do discurso proposta por Van Dijk (2008) concentra-se em revelar essas estruturas subjacentes. O autor propõe uma metodologia que vai além da análise superficial de palavras ou frases e que examina aspectos semânticos, sintáticos e pragmáticos dos textos, além de seu contexto sociopolítico. Assim, o discurso é compreendido como um fenômeno cujo sentido é inseparável das relações de poder que o moldam.

Por fim, Van Dijk (2008) defende que a análise de discurso não deve ser neutra. Ao contrário, deve assumir um compromisso ético com a justiça social e buscar desestabilizar os mecanismos de dominação discursiva. A crítica à linguagem institucional, governamental ou midiática, portanto, se torna uma forma de resistência, contribuindo para revelar como determinadas narrativas legitimam guerras, políticas de exclusão ou violações de direitos humanos sob o pretexto da segurança ou da ordem.

Outro autor essencial no campo da Análise de Discurso é Norman Fairclough, cuja abordagem crítica incorpora fortemente elementos do marxismo, da linguística sistêmico-funcional e da teoria social de Foucault. Em sua obra *“Language and Power”* (1989) e desenvolvimentos posteriores, Fairclough argumenta que a linguagem é um instrumento fundamental na produção, legitimação e contestação de relações de poder nas sociedades contemporâneas. A Análise de Discurso Crítica (ADC), tal como concebida por ele, parte do pressuposto de que a linguagem não é um reflexo neutro da realidade, mas sim um meio através do qual as práticas sociais são estruturadas e reproduzidas.

Fairclough (1989) propõe um modelo tridimensional de análise, que envolve a descrição textual (nível linguístico), a interpretação do discurso (processos de produção e recepção) e a explicação sociocultural (contexto mais amplo em que o discurso está inserido). Essa abordagem busca evidenciar como os discursos moldam ideologias e naturalizam determinadas estruturas sociais. Por exemplo, ao analisar pronunciamentos midiáticos, institucionais ou políticos, Fairclough revela como certos vocabulários e construções gramaticais reforçam hierarquias, exclusões e normas hegemônicas.

Além disso, Fairclough (1989) enfatiza que o discurso é uma forma de prática social que tanto reflete quanto constitui as relações de poder e dominação. Assim, ele propõe que a ADC tenha um papel transformador, contribuindo para a conscientização crítica e a intervenção social. Em seu trabalho, é recorrente a ideia de que o discurso pode ser um campo de luta, no qual sentidos e posições são disputados — especialmente em contextos de mudança social ou crise.

A incorporação dessa perspectiva à análise de discursos políticos ou diplomáticos permite desvendar como certos termos e narrativas são estrategicamente utilizados para legitimar ações, marginalizar atores e consolidar visões de mundo específicas. Nesse sentido, a contribuição de Fairclough (1989) oferece não apenas ferramentas metodológicas, mas também um horizonte normativo comprometido com a justiça social e a equidade discursiva.

3 MÉTODO

A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, de natureza documental, inserindo-se na análise de narrativas dentro do campo da Análise de Discursos. Nesse sentido, o objetivo geral é examinar como os pronunciamentos oficiais do Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, constroem narrativas sobre a população palestina no contexto do conflito iniciado em 7 de outubro de 2023. Com este propósito, foram selecionadas três abordagens teóricas: Teorias de Relações Internacionais; Análise de Política Externa; e Análise de Discursos.

Primeiramente, as Teorias de Relações Internacionais (TRI) estudam, de maneira geral, os princípios, estruturas e dinâmicas que orientam o comportamento dos

Estados e outros atores no sistema internacional. Essa abordagem busca compreender como fatores estruturais, normas, interesses, percepções, etc, influenciam conflitos e cooperações entre países e/ou outros atores (tais como Organizações Internacionais, empresas multinacionais, etc). Elementos como a distribuição de poder, a natureza da anarquia internacional, alianças estratégicas e a interação entre líderes e instituições são centrais para explicar a atuação dos Estados no cenário global. Dessa forma, no caso desta pesquisa sobre os discursos de Benjamin Netanyahu, as TRI permitem analisar como a percepção de ameaças, a interpretação de riscos e a posição estratégica de Israel moldam a formulação da política externa, oferecendo um arcabouço teórico para compreender as motivações, escolhas e justificativas por trás das ações do Estado israelense.

A Análise de Política Externa (APE), por sua vez, estuda os processos, decisões e fatores que influenciam a formulação e execução das ações externas de um Estado. A abordagem busca compreender como líderes, governos e contextos internos e externos moldam a atuação externa de um país. Elementos como interesse nacional, pressões domésticas, relações com outras nações, posicionamentos e a percepção dos tomadores de decisão são fundamentais na construção da política externa. Dessa maneira, no caso da pesquisa sobre os discursos de Benjamin Netanyahu, a APE é essencial para examinar como as declarações do Primeiro-Ministro refletem os interesses estratégicos de Israel, sua posição diplomática e as dinâmicas de poder na região.

A Análise de Discursos, por fim, investiga como a linguagem é usada para construir significados, influenciar percepções e moldar a realidade social. Essa abordagem considera que os pronunciamentos não são neutros em suas totalidades, podendo carregar ideologias e estratégias retóricas que impactam a forma como eventos e grupos são representados. Assim, a Análise de Discursos permite examinar como o Primeiro-Ministro israelense constrói narrativas sobre a guerra contra o Hamas e sobre a população palestina, legitimando as ações do Estado e moldando a opinião pública, tanto nacional quanto internacional.

Diante do conflito abordado nesta pesquisa, torna-se imprescindível estabelecer o recorte temporal da própria. O recorte abrange tanto os discursos

quanto os dados estatísticos referentes ao conflito em Gaza lançados do dia 25 de outubro de 2023 até o dia 22 de abril de 2025.

Foi dada prioridade para aqueles pronunciamentos que refletem a posição oficial do governo israelense. Assim, optamos por selecionar os discursos divulgados no site oficial do governo de Israel⁴ que foram pronunciados pelo PM Netanyahu, excluindo declarações informais e publicações em redes sociais, uma vez que o foco da análise está na construção da narrativa estatal e diplomática sobre o conflito. A escolha de Benjamin Netanyahu como foco da pesquisa se deve ao seu papel central enquanto principal representante do Estado de Israel. Como Primeiro-Ministro, seus pronunciamentos não apenas refletem a posição do governo, mas também exercem influência sobre a formulação de políticas e a percepção internacional do conflito. Sua autoridade política confere aos seus discursos um peso estratégico, tornando-os, assim, fundamentais para a análise da narrativa oficial de Israel. Além de que, a partir de discursos oficiais, torna-se mais precisa e coesa a busca por elementos presentes na narrativa israelense perante a população palestina.

A pesquisa busca identificar os elementos discursivos que revelam a perspectiva israelense sobre a população palestina, compreendendo como essa narrativa influencia a construção da imagem do conflito e das partes envolvidas. Nesse sentido, ao levantar os pronunciamentos que eventualmente seriam utilizados na pesquisa, buscou-se por palavras-chave como “Palestina”, “Faixa de Gaza” (ou apenas “Gaza”), “Hamás”, “civis” e “vítimas”. Ademais, como todos os discursos utilizados foram obtidos no site oficial do governo israelense, os mesmos estavam originalmente disponíveis em língua inglesa. Por esta razão, a busca pelas palavras-chave mencionadas anteriormente considerou suas respectivas traduções do inglês para o português.

Foram selecionados cinco discursos proferidos pelo Primeiro-Ministro, a partir dos quais foram extraídas dez citações relevantes para a análise. Cada citação corresponde a um trecho específico que evidencia ideias e/ou estratégias discursivas, permitindo aprofundar a compreensão das temáticas centrais do estudo.

As etapas estabelecidas para o desenvolvimento da pesquisa consistiram em: coleta dos cinco pronunciamentos no site do governo de Israel, compreendidos dentro do recorte temporal pré-estabelecido; seleção específica das dez citações com

⁴ Disponível em: https://www.gov.il/en/departments/prime_ministers_office/govil-landing-page

base na relevância ao tema da pesquisa e nas palavras-chave; estabelecimento das abordagens teóricas (Teoria de Relações Internacionais, Análise de Política Externa e Análise de Discursos); análise da estrutura narrativa presente nos pronunciamentos com base na fundamentação teórica; e, por fim, estabelecimento de possíveis correlações entre as narrativas presentes nos discursos selecionados e as condições humanitárias da sociedade civil palestina.

Por fim, tratando da atribuição de cada um dos dois alunos responsáveis pela elaboração da pesquisa, o aluno bolsista ficou encarregado por: selecionar os cinco discursos que efetivamente viriam a integrar esta pesquisa; analisar os discursos e suas respectivas citações utilizando as abordagens das Teorias das Relações Internacionais e da Análise de Discurso. A aluna voluntária, por sua vez, ficou responsável pela coleta geral dos discursos; e pela análise dos pronunciamentos a partir da Análise de Política Externa. Ademais, ambos os alunos tiveram a atribuição de revisar o documento em sua totalidade, levando em consideração as indicações do professor orientador.

A metodologia adotada, ao articular referências teóricas das Relações Internacionais e da Análise de Discurso, e ao recorrer a fontes oficiais, permite uma compreensão aprofundada do fenômeno discursivo em estudo. Dessa maneira, tal metodologia contribui de forma decisiva para alcançar o objetivo proposto de investigar como a vida dos civis palestinos é retratada nos discursos oficiais do governo de Israel.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A construção do inimigo

Ao longo dos discursos oficiais do Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu, a primeira observação a ser feita está na construção discursiva de um inimigo, considerando o Hamas e a população de Gaza como uma única entidade ameaçadora, conferindo-lhes um caráter de ameaça existencial para o Estado de Israel. Essa representação é central para o processo de securitização descrito por Wæver (1995), segundo o qual o ator securitizador, aqui consideramos Israel, a partir de Netanyahu, transforma um problema político em uma ameaça à sobrevivência, mobilizando o

público interno e externo para legitimar medidas extraordinárias. Em outras palavras, um obstáculo que inicialmente se apresenta como uma questão possível de ser debatida (uma vez que temas políticos em si permitem variadas interpretações) é reinterpretado como uma ameaça existencial, justificando a adoção de medidas extraordinárias, como operações militares intensivas, legitimadas como necessárias para a proteção da segurança nacional.

Hamas is responsible for this war. It invaded our towns, murdered our people, raped our women and kidnapped our loved ones. Hamas refused offer after offer to release our hostages. In the past two weeks, Israel did not initiate any military action in the hope that Hamas would change course. Well, that didn't happen.⁵ (Netanyahu, 2025)

We will destroy Hamas's military and governing capabilities in Gaza, we will release all our hostages, and we will ensure that Gaza never poses a threat to Israel again.⁶ (Netanyahu, 2024a)

Essa narrativa securitizadora se manifesta claramente nas declarações em que Netanyahu responsabiliza o Hamas de forma absoluta pela guerra, afirmando que *“Hamas is responsible for this war. It invaded our towns, murdered our people, raped our women and kidnapped our loved ones”* (Netanyahu, 2025). Aqui, além da atribuição direta da culpa ao Hamas, há um processo narrativo que, ao generalizar Gaza ao contexto da ameaça (Netanyahu, 2024a), ainda que indiretamente, amplia a construção do inimigo para além do ator político-militar, fundindo-o com o “outro” social, o que reforça a percepção de uma ameaça total e onipresente. Neste caso, o processo securitizador proposto por Wæver (1995) nos revela que Netanyahu transmite a ideia de que o Hamas e o território de Gaza, englobando por consequência a população civil presente por lá, representam um perigo existencial que exige respostas excepcionais. Ao articular o discurso dessa maneira, o Primeiro-Ministro não apenas legitima ações militares contundentes, mas também constrói uma narrativa na qual a linha entre combatentes e civis é obscurecida, fortalecendo a percepção de

⁵ **Tradução livre:** “O Hamas é responsável por esta guerra. Invadiu nossas cidades, assassinou nosso povo, estuprou nossas mulheres e sequestrou nossos entes queridos. O Hamas recusou sucessivas ofertas para libertar nossos reféns. Nas últimas duas semanas, Israel não iniciou nenhuma ação militar na esperança de que o Hamas mudasse de postura. Bem, isso não aconteceu”.

⁶ **Tradução livre:** “Destruiremos as capacidades militares e governamentais do Hamas em Gaza, libertaremos todos os nossos reféns e garantiremos que Gaza nunca mais represente uma ameaça para Israel”.

urgência e inevitabilidade do conflito. Dessa forma, a securitização realizada por Netanyahu deve operar tanto na esfera política quanto psicológica, mobilizando o público interno e internacional para aceitar medidas extraordinárias como necessárias e justificáveis. Nesse sentido, como explicita Wæver no trecho abaixo, a segurança é um ato discursivo.

*What then is security? With the help of language theory, we can regard "security" as a speech act. In this usage, security is not of interest as a sign that refers to something more real; the utterance itself is the act.*⁷ (Wæver, 1995)

No âmbito do Neorealismo, por um lado, Waltz (1959) destaca que as decisões de líderes, suas percepções, medos e ambições moldam as narrativas e políticas que afetam o sistema internacional. Nesse sentido, os discursos de Netanyahu listados aqui refletem suas interpretações pessoais das ameaças, que são filtradas por seus valores, experiências e objetivos estratégicos. Essa perspectiva reforça a importância da primeira imagem, que reconhece o peso do comportamento e da psicologia do líder na configuração das políticas e narrativas oficiais.

Dessa forma, a primeira imagem de Waltz e a teoria da securitização de Wæver se complementam, oferecendo uma abordagem que articula motivações individuais e construção discursiva de segurança, essencial para analisar a centralidade do líder e a função do discurso em contextos de conflito.

A partir da APE, por outro lado, Hill (2016) aponta que a ideia de *misconception*, percepções distorcidas da realidade, pode levar a uma visão limitada do inimigo (ideia de *tunnelvision*), na qual nuances e complexidades são ignoradas para preservar uma narrativa coerente e mobilizadora. Rosati (1995), com sua teoria do schema, complementa ao mostrar que líderes tendem a utilizar estruturas cognitivas pré-estabelecidas para interpretar eventos complexos, filtrando informações e reforçando crenças consolidadas que conferem sentido e estabilidade ao seu entendimento do ambiente internacional. Essa consistência cognitiva cria uma resistência à mudança e à incorporação de informações contraditórias, o que se reflete na manutenção da narrativa securitizadora ao longo do tempo.

⁷ **Tradução livre:** "O que é, então, segurança? Com a ajuda da teoria da linguagem, podemos considerar a 'segurança' como um ato de fala. Nessa perspectiva, a segurança não é interessante como um sinal que se refere a algo mais real; a enunciação em si é o ato".

*Our war against Hamas is a test for all of humanity. It is a fight between the Iran-Hezbollah-Hamas axis of evil and the forces of freedom and progress. Light will defeat darkness.*⁸ (Netanyahu, 2023a)

*Israel does not target Palestinian civilians. We target Hamas terrorists. And when these terrorists embed themselves in civilian areas, when they use civilians as human shields, they are the ones who are responsible for all unintended casualties. Palestinian civilians should avoid any contact with Hamas terrorists, and I call on the people of Gaza, get out of harm's way. Move to safer areas. Because every civilian casualty is a tragedy and every civilian casualty is the fault of Hamas.*⁹ (Netanyahu, 2025)

Nos discursos analisados, a ativação desses esquemas é evidente na associação recorrente do Hamas ao “*axis of evil*” formado por Irã e Hezbollah, como afirmado em “*Our war against Hamas is a test for all of humanity. It is a fight between the Iran-Hezbollah-Hamas axis of evil and the forces of freedom and progress*” (Netanyahu, 2023a). Essa configuração transcende a esfera meramente política para assumir contornos civilizacionais, mobilizando símbolos e valores que amplificam a percepção da ameaça como existencial e global. A responsabilização insistente do Hamas pelos danos sofridos por Israel, como em “*every civilian casualty is the fault of Hamas*” (Netanyahu, 2025), revela o entrelaçamento discursivo entre inimigo militar e civil, reforçando a ampliação do referente de segurança e justificando ações militares que atingem toda a população de Gaza.

*These savage murderers, our enemies, seek not only to destroy us, but they seek to destroy our common civilization and return all of us to a dark age of tyranny and terror. When I spoke here last year, I said we face the same timeless choice that Moses put before the people of Israel thousands of years ago, as we were about to enter the Promised Land.*¹⁰ (Netanyahu, 2024b)

⁸ **Tradução livre:** “Nossa guerra contra o Hamas é um teste para toda a humanidade. É uma luta entre o eixo do mal formado por Irã, Hezbollah e Hamas, e as forças da liberdade e do progresso. A luz derrotará a escuridão”.

⁹ **Tradução livre:** “Israel não tem como alvo os civis palestinos. Nosso alvo são os terroristas do Hamas. E quando esses terroristas se escondem em áreas civis, quando usam civis como escudos humanos, são eles os responsáveis por todas as baixas não intencionais. Os civis palestinos devem evitar qualquer contato com os terroristas do Hamas, e eu faço um apelo ao povo de Gaza: saiam das zonas de perigo. Desloquem-se para áreas mais seguras. Porque cada baixa civil é uma tragédia, e cada baixa civil é culpa do Hamas”

¹⁰ **Tradução livre:** “Esses assassinos selvagens, nossos inimigos, não buscam apenas nos destruir, mas também desejam destruir a nossa civilização comum e nos devolver a todos a uma era sombria de tirania e terror. Quando falei aqui no ano passado, disse que enfrentamos a mesma escolha atemporal

A construção do inimigo por Benjamin Netanyahu, ao fundir discursivamente Hamas e Gaza em uma única entidade ameaçadora, pode ser aprofundada a partir da perspectiva psicológica das lideranças discutida por Hill (2016) e Rosati (1995) no campo da Análise de Política Externa (APE). Segundo Hill (2016), a formulação da política externa não se baseia exclusivamente em uma racionalidade objetiva, mas é atravessada por percepções subjetivas e, por vezes, distorcidas da realidade, denominadas *misconceptions*. Essas percepções equivocadas emergem de experiências passadas, predisposições ideológicas, julgamentos morais e limitações cognitivas, e atuam moldando a interpretação que o líder faz do ambiente internacional.

*Citizens of Israel, yesterday evening, additional ground forces of ours entered the gates of Gaza, at the doorstep of the fortress of evil. This is the second stage of the war, the goals of which are clear: Destroying Hamas's military and governing capabilities, and bringing the captives back home.*¹¹ (Netanyahu, 2023b)

Nos pronunciamentos de Netanyahu, a repetida associação entre o Hamas e a totalidade de Gaza pode ser lida como manifestação de uma *misconception* que simplifica a complexidade do contexto, transformando nuances políticas, sociais e humanitárias em uma narrativa binária de “nós contra eles”. Na citação acima, o trecho em que há de se destacar revela uma associação entre Gaza e uma “fortaleza do mal” em “*the gates of Gaza, at the doorstep of the fortress of evil*” (Netanyahu, 2023b). Ao reduzir o cenário a um antagonismo absoluto, essa visão favorece uma leitura limitada do conflito, na qual o adversário é desprovido de legitimidade política e enquadrado exclusivamente como ameaça existencial. Tal enquadramento não apenas mobiliza apoio interno e externo, como também confere ao líder a capacidade de justificar ações militares intensivas como imperativos morais e estratégicos.

A abordagem de Rosati (1995) complementa essa interpretação ao destacar como líderes recorrem a processos cognitivos específicos para manter coerência e estabilidade em suas percepções. A primeira geração de estudos por ele identificada,

que Moisés apresentou ao povo de Israel há milhares de anos, quando estávamos prestes a entrar na Terra Prometida”.

¹¹ **Tradução livre:** “Cidadãos de Israel, na noite de ontem, forças terrestres adicionais nossas entraram pelos portões de Gaza, à porta da fortaleza do mal. Esta é a segunda fase da guerra, cujos objetivos são claros: destruir as capacidades militares e governamentais do Hamas e trazer os cativos de volta para casa”.

centrada na noção de consistência cognitiva, evidencia que indivíduos tendem a preservar a harmonia entre suas crenças fundamentais, resistindo à incorporação de informações que possam contradizê-las. No caso de Netanyahu, a repetição de narrativas que responsabilizam integralmente o Hamas, mesmo diante de evidências que indicam impactos significativos sobre civis, revela a operação desse mecanismo: informações que possam desafiar a narrativa securitizadora são reinterpretadas ou descartadas para manter a coerência interna de sua visão de mundo.

Já a segunda geração, pautada na teoria do *schema*, oferece um aprofundamento desse processo, ao considerar que líderes utilizam estruturas cognitivas pré-existentes para interpretar novos eventos. Tais *schemas* funcionam como molduras interpretativas que organizam a informação de maneira a reforçar crenças já consolidadas. Em Netanyahu (2023a), observa-se a ativação recorrente de um *schema* que insere o Hamas em um eixo mais amplo de ameaça, o “*axis of evil*”, que inclui também atores como Irã e Hezbollah, ampliando o alcance simbólico da ameaça e conectando-a a uma narrativa civilizacional de confronto entre “luz” e “escuridão”. Esse *schema* não apenas simplifica a realidade, mas também a alinha com valores e símbolos profundamente enraizados, facilitando a mobilização emocional e política da população israelense e o público externo.

Assim, articulando as contribuições de Wæver (1995), Hill (2016) e Rosati (1995), é possível compreender que a construção do inimigo por Netanyahu não se limita apenas a um cálculo estratégico de securitização, mas, indo além disso, é também produto de processos psicológicos que filtram, estruturam e estabilizam percepções sobre a ameaça. A *misconception* atua como lente que distorce e simplifica a realidade, enquanto a consistência cognitiva e o *schema* asseguram que essa distorção seja preservada e reproduzida ao longo do tempo, consolidando uma narrativa na qual Hamas e Gaza se confundem e se fundem em uma ameaça total, legitimando, no imaginário político e social, a adoção de medidas excepcionais, as quais refletem o processo de securitização.

4.2 A estrutura discursiva

Hamas places its weapons, its terrorists in hospitals, schools, mosques and throughout civilian areas. They do this in order to win immunity and to maximize civilian casualties.¹² (Netanyahu, 2024a)

In contrast, the cynicism of the enemy knows no bounds. He carries out war crimes by using civilians as human shields, by using hospitals as terrorist command centers and to supply fuel to its war machine.¹³ (Netanyahu, 2023b)

Thousands of Iranian-backed Hamas terrorists from Gaza burst into Israel in pickup trucks and on motorcycles, and they committed unimaginable atrocities. They savagely murdered 1,200 people. They raped and mutilated women. They beheaded men. They burned babies alive. They burned entire families alive—babies, children, parents, grandparents. It seems reminiscent of the Nazi Holocaust.¹⁴ (Netanyahu, 2024b)

A análise da estrutura narrativa dos discursos de Benjamin Netanyahu (2023b; 2024a; 2024b) elencados acima, evidencia uma construção discursiva, na qual a escolha lexical e as estratégias retóricas funcionam como instrumentos centrais de poder simbólico e de legitimação política. Sob a perspectiva da Análise Crítica do Discurso, conforme Van Dijk (2008) e Fairclough (1989), observa-se que a narrativa construída ao longo desses pronunciamentos não apenas descreve o conflito, mas o molda cognitivamente, definindo atores, hierarquias e responsabilidades, de forma a naturalizar a superioridade moral, estratégica e civilizacional de Israel, ao mesmo tempo em que desumaniza e demoniza o Hamas e, por extensão, a Faixa de Gaza, incluindo a sua população.

Além do mais, uma vez que esta pesquisa envolve temas sensíveis, é importante ressaltar que tal trabalho não teve por objetivo verificar a veracidade prática das afirmações ditas pelo Primeiro Ministro de Israel, mas sim observar a mensagem que ele transmite através de seus discursos. Neste sentido, então, a estrutura narrativa que

¹² **Tradução livre:** “O Hamas coloca suas armas e seus terroristas em hospitais, escolas, mesquitas e em toda a extensão das áreas civis. Eles fazem isso com o objetivo de obter imunidade e de maximizar o número de vítimas civis”.

¹³ **Tradução livre:** “Em contraste, o cinismo do inimigo não conhece limites. Ele comete crimes de guerra usando civis como escudos humanos, utilizando hospitais como centros de comando terrorista e para abastecer sua máquina de guerra.”

¹⁴ **Tradução livre:** “Milhares de terroristas do Hamas, apoiados pelo Irã, saíram de Gaza em caminhonetes e motocicletas e invadiram Israel, cometendo atrocidades inimagináveis. Eles assassinaram brutalmente 1.200 pessoas, estupraram e mutilaram mulheres, decapitaram homens, queimaram bebês vivos e incendiaram famílias inteiras — bebês, crianças, pais e avós. Isso parece remeter ao Holocausto nazista”.

foi possível observar com a leitura atenta dos pronunciamentos (em especial o 2023b, o 2024a e o 2024b) foi: (1) um uso excessivo de palavras fortes; (2) uma hierarquização entre Israel e Gaza e, também, entre suas respectivas populações.

Um dos aspectos mais evidentes da estrutura discursiva é o uso sistemático de palavras e expressões carregadas emocionalmente, que funcionam para amplificar a percepção do inimigo como uma ameaça existencial. Em seu discurso, Netanyahu (2024a) afirma que *“ Hamas places its weapons, its terrorists in hospitals, schools, mosques and throughout civilian areas. They do this in order to win immunity and to maximize civilian casualties”*. A escolha de termos como *“ maximize civilian casualties”* e a referência direta a instituições civis, hospitais, escolas e mesquitas, não apenas enfatiza uma *“ malícia estratégica”* do Hamas, mas também constrói uma narrativa em que o inimigo é deliberadamente cruel e irracional. Seguindo esta mesma linha, no discurso do dia 27 de setembro de 2024 (Netanyahu, 2024b), o detalhamento gráfico de atrocidades, *“ They savagely murdered 1,200 people. They raped and mutilated women. They beheaded men. They burned babies alive”* não apenas fortalece a percepção de perigo existencial, mas funciona como um recurso retórico que mobiliza emocionalmente o público, reforçando a narrativa moralmente polarizada entre *“ nós”* (Israel) e *“ eles”* (Hamas). Van Dijk (2008) destaca que escolhas lexicais desse tipo não são neutras; elas criam categorias cognitivas negativas que naturalizam a hostilidade, influenciam a percepção pública e legitimam ações de exceção, funcionando como mecanismos de poder simbólico.

Paralelamente, a narrativa reforça a hierarquização do conflito, projetando Israel como moral, racional e estrategicamente superior. Fairclough (1989) argumenta que o discurso organiza relações de poder, estruturando a interpretação do público e naturalizando posições dominantes. Nos discursos analisados, essa hierarquização é evidenciada pelo contraste constante entre a conduta *“ civilizada”* de Israel e a *“ barbárie”* do Hamas. No discurso de 28 de outubro de 2023, por exemplo, Netanyahu afirma: *“ the cynicism of the enemy knows no bounds. He carries out war crimes by using civilians as human shields, by using hospitals as terrorist command centers”* (Netanyahu, 2023b). Ao se referir ao inimigo como *“ cynical”* e *“ war criminals”* e ao mesmo tempo destacar que Israel não ataca civis, ele cria uma narrativa dual: o Hamas representa o caos absoluto e a imoralidade, enquanto Israel é racional, legítimo e

responsável, projetando sua superioridade estratégica, moral e civilizacional. No discurso de 2024b, a comparação com o Holocausto e a referência histórica a figura religiosa Moisés reforçam essa hierarquia, situando Israel em um continuum civilizacional elevado, destinado a defender valores universais, enquanto Gaza é apresentada como um espaço de destruição absoluta.

Além disso, a estrutura narrativa utiliza estratégias retóricas que integram detalhamento factual, responsabilidade moral e justificativa estratégica. No discurso de 2024a, Netanyahu afirma: *“We will destroy Hamas’s military and governing capabilities in Gaza, we will release all our hostages, and we will ensure that Gaza never poses a threat to Israel again”* (Netanyahu, 2024a). A escolha de verbos fortes “destroy” e “ensure” projeta Israel como um ator capaz de impor ordem e segurança de forma absoluta, enquanto Gaza é construída como passiva, ameaçadora apenas na medida em que é destruída ou controlada. Nesse aspecto, as contribuições de Van Dijk (2008) nos leva a ressaltar que essa projeção de poder simbólico é central para criar consenso sobre a legitimidade das ações de um grupo dominante.

Outro elemento central dessa narrativa é a construção da imagem do outro. Netanyahu não se limita a identificar o Hamas como adversário; ele amplia a representação para incluir Gaza como espaço simbólico de ameaça e perversidade. A referência a hospitais, escolas e mesquitas como locais utilizados pelo Hamas funciona como uma estratégia para associar civis e território à violência e ao engano, ampliando o inimigo para além de um grupo político-militar. Segundo Van Dijk (2008), esse tipo de representação cria estereótipos negativos e consolida categorias mentais que reforçam preconceitos, moldando a percepção pública e preparando o terreno para justificar medidas extremas. Fairclough (1989) complementa, destacando que a construção discursiva do outro é inseparável da hierarquização de poder: ao apresentar Gaza e seus habitantes como inseparáveis do Hamas, Netanyahu reforça a legitimidade de ações militares abrangentes e naturaliza a subordinação de Gaza à autoridade de Israel.

Além disso, a construção da imagem do outro é estrategicamente relacionada à autoimagem de Israel. Ao enfatizar a racionalidade, moralidade e civilização do Estado, por exemplo, ao afirmar que *“Israel does not target Palestinian civilians. We target Hamas terrorists”* (Netanyahu, 2025), a narrativa não apenas exime Israel de responsabilidade por danos colaterais, mas também projeta o país como detentor de

uma superioridade ética inquestionável. A justaposição entre a brutalidade do adversário e a conduta supostamente ética de Israel estabelece uma dualidade que orienta a interpretação do público, reforçando a percepção de que a ação militar israelense é necessária, proporcional e moralmente legítima.

Sob a ótica de TRI, por um lado, Waltz (1959) indica que a psicologia e as percepções do líder influenciam a política externa, evidenciando o papel central de Netanyahu na moldagem da narrativa. Por outro, a partir da APE, Hill (2016) complementa, destacando que *misconceptions*, ou percepções distorcidas, influenciam a interpretação de ameaças, e Rosati (1995) mostra que *schemas* e consistência cognitiva sustentam a percepção do Hamas como uma ameaça absoluta e onipresente. A categorização do Hamas dentro do “*axis of evil*” e a representação de Gaza como fortaleza do mal, as quais foram tratadas no subtópico anterior desta pesquisa, reforçam esquemas pré-estabelecidos que consolidam a narrativa moral, estratégica e civilizacionalmente hierarquizada.

Em síntese, a análise da estrutura narrativa demonstra que Netanyahu utiliza a linguagem de forma estratégica para atingir múltiplos objetivos: amplificar o caráter maléfico do inimigo, consolidar a imagem do outro, naturalizar a superioridade de Israel, justificar medidas militares excepcionais e consolidar a percepção pública de urgência e legitimidade.

4.3 A preocupação de Netanyahu acerca das vidas civis palestinas na Faixa de Gaza

Neste último subtópico, entende-se que a análise dos discursos de Benjamin Netanyahu evidencia uma retórica que, superficialmente, sugere uma certa preocupação com a vida dos civis palestinos, no entanto que, quando examinada à luz da Análise Crítica do Discurso (Van Dijk, 2008; Fairclough, 1989), revela contradições estruturais e funcionais. Em diversos trechos das citações utilizadas ao longo desta pesquisa, o Primeiro-Ministro afirma explicitamente que Israel não ataca civis, que os danos colaterais são responsabilidade do Hamas e que os palestinos devem evitar áreas de conflito, como em: “*Israel does not target Palestinian civilians. We target Hamas terrorists. And when these terrorists embed themselves in civilian areas, when*

they use civilians as human shields, they are the ones who are responsible for all unintended casualties. Palestinian civilians should avoid any contact with Hamas terrorists, and I call on the people of Gaza, get out of harm's way" (Netanyahu, 2025). Neste discurso, a linguagem escolhida funciona para criar uma narrativa de proteção, mas simultaneamente desloca toda a responsabilidade por vítimas civis do Estado de Israel para o Hamas. Podemos, então, argumentar que haveria uma transferência de parte da "responsabilidade" de Israel para o grupo terrorista, de modo que a mensagem transmitida é de que tal responsabilidade seria total do Hamas.

Há de se notar, ainda, que esta narrativa não só releva a destruição em áreas civis como transfere integralmente a responsabilidade pelas mortes de civis palestinos ao Hamas, ignorando o dever do Estado de proteger pessoas sob sua ocupação. Essa retórica contradiz o que estabelece a Convenção de Genebra IV (OHCHR, 1949), no Artigo 4, que protege os civis que se encontram sob autoridade de uma parte no conflito ou de uma potência ocupante, exigindo tratamento digno e humano.

*Persons protected by the Convention are those who, at a given moment and in any manner whatsoever, find themselves, in case of a conflict or occupation, in the hands of a Party to the conflict or Occupying Power of which they are not nationals.*¹⁵ (OHCHR, 1949)

Além disso, segundo o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI) (BRASIL, 2002), em seu Artigo 8(2)(b)(i), constitui crime de guerra "dirigir intencionalmente ataques à população civil em geral ou civis que não participem diretamente nas hostilidades". Ao isentar o Estado de Israel de responsabilidade e atribuir ao Hamas a culpa pelas fatalidades, mesmo quando estas ocorrem em decorrência direta de bombardeios israelenses, o discurso promove uma narrativa de "apagamento" dos deveres jurídicos de Israel perante a guerra. Trata-se, desse modo, de uma inversão da lógica das normas propostas pelo Direito Internacional.

Citizens of Israel, even amidst the storm of battle, we do not forget for a moment the immense pain of the loss of over 1,400 of our brothers and sisters, who were massacred in cold blood and who heroically fell

¹⁵ **Tradução livre:** "As pessoas protegidas pela Convenção são aquelas que, em determinado momento e de qualquer forma, se encontrem, em caso de conflito ou ocupação, nas mãos de uma Parte no conflito ou Potência Ocupante da qual não sejam nacionais"

*in battle against the bloodthirsty monsters who have risen up to destroy us.*¹⁶ (Netanyahu, 2023a)

Essa estratégia discursiva evidencia um contraste marcante quando comparada à maneira como Netanyahu aborda os civis israelenses. A linguagem utilizada no trecho acima (Netanyahu, 2023a) enfatiza emoção, empatia e solidariedade direta, construindo uma relação simbólica entre o Estado e a população israelense, principalmente por utilizar termos e expressões como “*brothers and sisters*”. Por outro lado, as vítimas palestinas são descritas principalmente de forma instrumental ou subordinada, associadas à ação do Hamas como “escudos humanos” ou “responsáveis” pelas próprias mortes (Netanyahu, 2023b). Seguindo a linha argumentativa apresentada anteriormente, Van Dijk (2008) observa que esse tipo de escolha lexical cria categorias cognitivas que reforçam percepções hierárquicas de valor moral e político, naturalizando a diferença de importância atribuída às vidas de civis segundo sua nacionalidade.

A contradição inerente ao discurso de Netanyahu emerge quando se considera que, embora declare preocupação com a segurança de civis palestinos, ele simultaneamente responsabiliza integralmente o Hamas por todas as consequências da guerra. Desta forma, o discurso não apenas descreve a realidade, mas também a organiza, definindo relações de poder e legitimando a ação de atores dominantes (Fairclough, 1989). Ao imputar unilateralmente a culpa ao Hamas, Netanyahu consegue projetar Israel como um ator moralmente superior, “racional” e “ético”, enquanto Gaza e seus habitantes se tornam objetos passivos de proteção condicional, cuja segurança depende exclusivamente de seu comportamento em relação ao Hamas. Nesse contexto, o cuidado com civis palestinos se apresenta menos como uma preocupação humanitária genuína e mais como um recurso retórico para sustentar a narrativa de legitimidade e superioridade de Israel.

Em síntese, a análise revela que a suposta preocupação de Netanyahu com a vida de civis palestinos funciona, na prática, como mecanismo discursivo de justificação. Ao responsabilizar exclusivamente o Hamas, ele diferencia claramente o

¹⁶ **Tradução livre:** “Cidadãos de Israel, mesmo em meio à tempestade da batalha, não esquecemos por um momento a imensa dor pela perda de mais de 1.400 de nossos irmãos e irmãs, que foram massacrados a sangue frio e que caíram heroicamente em combate contra os monstros sedentos de sangue que se levantaram para nos destruir”.

tratamento dado aos civis israelenses, humanizados, valorizados e emocionalmente destacados, dos civis palestinos, cuja segurança é condicional e subordinada ao comportamento do inimigo. Essa diferença de tratamento evidencia não apenas a construção de hierarquias morais e políticas, mas também a instrumentalização da narrativa humanitária como ferramenta de legitimação de medidas militares e consolidação do poder simbólico de Israel no conflito.

Assim, diante da pergunta central, *“Netanyahu se preocupa com as vidas civis inocentes de palestinos na Faixa de Gaza?”*, a análise geral dos discursos permite afirmar que, embora exista uma retórica superficial de preocupação, como quando Netanyahu expressa que *“Palestinian civilians should avoid any contact with Hamas terrorists, and I call on the people of Gaza, get out of harm’s way”* (Netanyahu, 2025), tal preocupação se apresenta de forma seletiva e condicionada, marcada por uma hierarquia implícita de valor humano. Conforme Van Dijk (2008), a linguagem é um instrumento de construção e manutenção de relações de poder, e no caso em análise, observa-se que os civis palestinos ocupam, no discurso de Netanyahu, uma posição simbólica de marginalidade. Sua existência é constantemente filtrada pela associação ao Hamas, o que não apenas obscurece sua identidade individual, mas também os coloca em uma escala de inferioridade moral e política em comparação aos civis israelenses.

A escassez de termos de empatia e a predominância de expressões que os vinculam a “escudos humanos” ou “áreas controladas por terroristas” indicam, como indica Fairclough (1989), um processo de naturalização discursiva de desigualdade. Essa marginalização simbólica não é um efeito colateral, mas sim parte de uma estratégia comunicativa que legitima a ação militar israelense ao deslocar a responsabilidade das mortes civis exclusivamente para o Hamas.

Além disso, a construção discursiva que coloca Gaza e o Hamas como um bloco homogêneo opera, conforme Ducrot (1977), uma redução estratégica do espaço interpretativo: ao não diferenciar claramente civis de combatentes, Netanyahu reforça a ideia de que a segurança palestina depende unicamente da ausência do Hamas, deslocando o papel de garantidor de proteção que caberia a Israel enquanto potência ocupante. Tal operação discursiva reforça o papel de Israel como um ator “moralmente

superior”, alinhando-se ao que Hill (2016) descreve como uso instrumental da narrativa na política externa.

No momento, aprofundando a pesquisa, torna-se de suma importância refletir acerca do significado acerca do ato de desumanizar. Nesse sentido, tal ato consiste em retirar de um indivíduo as qualidades humanas essenciais, como a capacidade de pensamento independente e a sensibilidade em relação aos outros, caracteriza-se como um processo de desumanização, amplamente estudado nas ciências sociais e na psicologia social. De acordo com o dicionário de Cambridge (2025), *to dehumanize* (desumanizar) significa “*to remove from a person the special human qualities of independent thought, feeling for other people, etc*”¹⁷.

Esse fenômeno implica a negação de atributos considerados distintivos da condição humana, como a racionalidade, a autonomia moral e a empatia, substituindo-os por percepções que aproximam o indivíduo ou grupo de categorias não humanas, como objetos, máquinas ou animais, e, portanto, destituídas de valor moral intrínseco. A desumanização não ocorre apenas por meio de ações concretas, mas também pela construção discursiva e simbólica que redefine a identidade do “outro” de forma a legitimar sua exclusão, marginalização ou até mesmo sua eliminação física. Ao reduzir o outro a um estado de inferioridade ontológica, abre-se espaço para justificar práticas que, sob a ótica dos direitos humanos, seriam moral e juridicamente condenáveis, revelando-se, assim, um mecanismo fundamental na sustentação de dinâmicas de violência, opressão e violação de direitos.

Em suma, os indícios de falta de preocupação de Israel para com as vidas civis palestinas na Faixa de Gaza podem ser compreendidos como parte de um processo de desumanização. Conforme apontam Van Dijk (2008) e Fairclough (1989), a linguagem política não é neutra: ela constrói realidades sociais e cognitivas que influenciam diretamente a forma como determinados grupos são percebidos. Ao apresentar os civis palestinos primordialmente como “escudos humanos” ou como parte de uma massa homogênea associada ao Hamas, o discurso de Netanyahu reduz esses indivíduos a uma condição subalterna, privada de agência moral e autonomia, aproximando-os mais de categorias instrumentais do que de seres humanos plenos.

¹⁷ **Tradução livre:** “Retirar de uma pessoa as qualidades humanas especiais de pensamento independente, sentimento pelos outros, etc”.

Portanto, a falta de preocupação genuína com as vidas civis palestinas não se manifesta apenas como ausência de empatia, mas como elemento constitutivo de um processo mais amplo de desumanização. Ao negar atributos fundamentais da condição humana a esse grupo — seja por meio de enquadramentos securitários, seja pela omissão discursiva de seu sofrimento legítimo —, cria-se o terreno para a naturalização da violência e para a sustentação de práticas incompatíveis com o Direito Internacional Humanitário.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos pronunciamentos oficiais do Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu permitiu observar como a linguagem política opera como ferramenta estratégica de construção de narrativas sociais e de legitimação de ações em contextos de conflito. Ao longo deste estudo, identificou-se, em primeiro lugar, a centralidade da construção do inimigo como elemento discursivo determinante. Nesse sentido, Benjamin Netanyahu funde discursivamente o Hamas e a população de Gaza em uma única entidade ameaçadora, conferindo-lhes um caráter de perigo existencial para o Estado de Israel. Tal representação, articulada a partir da perspectiva da teoria da securitização de Wæver (1995), evidencia que o discurso não se limita a descrever eventos, mas reconfigura cognitivamente a percepção de ameaça, mobilizando o público interno e externo para aceitar medidas militares excepcionais. Complementarmente, os *insights* da Análise de Política Externa (Hill, 2016; Rosati, 1995) indicam que essa construção do inimigo é filtrada por esquemas cognitivos e percepções subjetivas do líder, como *misconceptions* e consistência cognitiva, que simplificam a complexidade do contexto e consolidam narrativas limitadas.

Em segundo lugar, a análise da estrutura discursiva revela estratégias lexicais e retóricas que operam simultaneamente na naturalização da superioridade de Israel e na desumanização do adversário. Ao longo dos discursos, foram observados, termos carregados emocionalmente, detalhamentos gráficos de atrocidades e a constante hierarquização moral e civilizacional entre Israel e Gaza, de modo a criar uma percepção de urgência e necessidade de ação militar, enquanto posicionam os civis palestinos como instrumentos passivos dentro do conflito. A abordagem da Análise

Crítica do Discurso (Van Dijk, 2008; Fairclough, 1989) demonstra que essas escolhas linguísticas não são neutras, mas estruturam cognitivamente a forma como o público percebe os atores do conflito, consolidando estereótipos negativos e legitimando práticas que, sob a ótica do Direito Internacional Humanitário, seriam questionáveis.

Por fim, ao examinar a suposta preocupação de Netanyahu com as vidas civis palestinas, observa-se uma retórica que, embora declare proteção e orientação para a população de Gaza, opera principalmente como recurso de legitimação. A atribuição integral de responsabilidade ao Hamas, associada à representação dos civis palestinos como “escudos humanos” ou elementos homogêneos do território adversário, evidencia a marginalização simbólica e a redução de agência e humanidade desses indivíduos. Tal padrão se configura como um processo de desumanização, no qual atributos fundamentais da condição humana (empatia, autonomia moral e valor intrínseco) são negados ou minimizados, aproximando os civis palestinos de categorias instrumentais e justificando a ação militar israelense. A diferença de tratamento em relação aos civis israelenses, humanizados e emocionalmente destacados, reforça a hierarquia moral e política subjacente ao discurso, mostrando que a preocupação retórica não se traduz em cuidado humanitário genuíno.

Em síntese, a investigação permite concluir que os discursos de Netanyahu consolidam uma narrativa dual: de um lado, Israel é apresentado como ator racional, ético e moralmente superior; do outro, os civis palestinos são colocados em uma posição de inferioridade, instrumentalizados e desumanizados. A combinação entre securitização, escolha lexical estratégica, hierarquização moral e deslocamento de responsabilidades evidencia como a linguagem política, além de refletir percepções subjetivas do líder, funciona como mecanismo de legitimação de violência e manutenção de poder simbólico. Essas considerações destacam a relevância de analisar criticamente discursos oficiais em contextos de conflito, especialmente no que diz respeito à proteção de populações civis e à compreensão de processos de desumanização que sustentam práticas militares e políticas de exclusão.

Desse modo, embora esta pesquisa tenha evidenciado o processo discursivo de construção do inimigo, hierarquização moral e desumanização presente nos discursos de Benjamin Netanyahu, observa-se que não foi possível investigar em profundidade como essas práticas discursivas se refletem na esfera jurídica internacional. Em

particular, a relação entre a narrativa da falta de responsabilidade de Israel perante civis palestinos e a efetiva responsabilização nos termos do Direito Internacional Humanitário, conforme estabelecido pela Convenção de Genebra IV (OHCHR, 1949) e pelo Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (BRASIL, 2002), permanece pouco explorada. Assim, futuras pesquisas poderiam analisar de forma detalhada como tais discursos influenciam decisões judiciais, investigações de crimes de guerra, interpretações legais e processos de responsabilização internacional. Esse enfoque permitiria compreender melhor a articulação entre retórica política e mecanismos de controle jurídico, evidenciando se a naturalização discursiva da violência contribui para lacunas na aplicação do Direito Internacional e para a impunidade em contextos de conflito. Além disso, a investigação de casos concretos em tribunais internacionais poderia fornecer dados empíricos sobre o impacto das construções discursivas na proteção efetiva de civis, oferecendo um avanço significativo em relação às análises que tem como foco perspectivas mais voltadas à teoria do que à prática

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002. *Aprova o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional*. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm. Acesso em: 22 jul. 2025.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; DE WILDE, Jaap. *Security: A New Framework for Analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. Dehumanize. *Cambridge Dictionary*. 2025. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/us/dictionary/english/dehumanize>. Acesso em: 15 jul. 2025.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1977.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and Power*. Londres: Longman, 1989.

HILL, Christopher. *Foreign Policy in the Twenty-First Century*. 2. ed. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.

NETANYAHU, Benjamin. *Spoke statement*. Jerusalém: Prime Minister's Office, 25 out. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.il/en/pages/spoke-statement251023>. Acesso em: 22 mai. 2025.

NETANYAHU, Benjamin. *Statement by PM Netanyahu*. Jerusalém: Prime Minister's Office, 28 out. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.il/en/pages/statement-by-pm-netanyahu-28-oct-2023>. Acesso em: 22 mai. 2025.

NETANYAHU, Benjamin. *Spoke statement*. Jerusalém: Prime Minister's Office, 30 abr. 2024a. Disponível em: <https://www.gov.il/en/pages/spoke-statement300424>. Acesso em: 22 mai. 2025.

NETANYAHU, Benjamin. *Remarks at the 79th session of the UN General Assembly*. Nova Iorque: United Nations, 27 set. 2024b. Disponível em: <https://www.un.org/unispal/document/israel-pm-remarks-un-ga-79-27sep24/>. Acesso em: 22 mai. 2025.

NETANYAHU, Benjamin. *Statement by PM Netanyahu*. Jerusalém: Prime Minister's Office, 22 mai. 2025. Disponível em: <https://www.gov.il/en/pages/event-statement180325>. Acesso em: 22 mai. 2025.

OHCHR, *Convenção de Genebra Relativa À Proteção de Pessoas Civis em Tempo de Guerra*. Genebra, 12 ago. 1949. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/geneva-convention-relative-protection-civilian-persons-time-war>. Acesso em: 25 abr. 2025.

- OSTERMANN, Falk; SJÖSTEDT, Roxanna. *Discourse Analysis and Discourse Theory*. In: MELLO, Patrick A.; OSTERMANN, Falk (eds.). *Routledge Handbook of Foreign Policy Analysis Methods*. New York; London: Routledge, 2022. p. 101–116.
- ROSATI, Jerel A. A Cognitive Approach to the Study of Foreign Policy. In: NEACK, Laura; HEY, Jeanne A. K.; HANEY, Patrick J. (orgs.). *Foreign Policy Analysis: Continuity and Change in Its Second Generation*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1995.
- SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. *Análise de Política Externa: teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.
- TAIWO, Rotimi. *Language, ideology and power relations in Nigerian newspaper headlines*. *Nebula*, v. 4, n. 1, 2007.
- UNRWA. *UNRWA Situation Report 168: Situation in the Gaza Strip and the West Bank, including East Jerusalem*. 2025. Disponível em: <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-168-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-jerusalem>. Acesso em: 15 mai. 2025.
- VAN DIJK, Teun A. *Discourse and Power*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008.
- VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. *International Relations Theory*. 5. ed. Nova Iorque: Pearson, 2012. p. 98-99.
- WALTZ, Kenneth N. *Man, the state and war: a theoretical analysis*. New York: Columbia University Press, 1959.
- WÆVER, Ole. *Securitization and desecuritization*. In: LIPSCHUTZ, Ronnie D. (org.). *On security*. New York: Columbia University Press, 1995.